

# Reflexões sobre práticas discursivas no campo ambiental e programas de desenvolvimento sustentável

Rosemeri Melo e Souza <sup>1</sup>  
Cláudia A. C. Cruz <sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho objetiva analisar a relação entre as práticas discursivas no campo ambiental e as estratégias de desenvolvimento sustentável presentes nos programas estaduais. As variadas interpretações do desenvolvimento sustentável, nos discursos políticos do mundo atual, refletem os diversos interesses na defesa do meio ambiente. O discurso do desenvolvimento sustentável penetrou nas políticas estaduais resultando em estratégias diferenciadas. A busca por outro tipo de desenvolvimento está no centro das discussões acerca da sustentabilidade, fundado na participação dos diferentes atores sociais a fim de atender aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos. Nesse sentido, são apresentadas neste trabalho as práticas discursivas em disputa no campo ambiental, a relação entre ecodesenvolvimento e as diferentes perspectivas do desenvolvimento sustentável, bem como, as estratégias de desenvolvimento sustentável nos programas estaduais.

**Palavras-chave:** Práticas Discursivas - Sustentabilidade - Programas Estaduais

## Abstract

REFLECTIONS ABOUT DISCURSIVE PRACTICES ON THE ENVIRONMENTAL FIELD AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT PROGRAMS. This paper aims to analyze the relation between discursive practices in the environmental field and the sustainable development strategies from state programs. Nowadays, the term sustainable development has been used in politician discourse in a variety of interpretations that reflect many different interests in favor of the environment. The sustainable development discourse has been incorporated into the politician programs resulting in varied strategies. The search for another way of development has been incorporated into the core of the discussion about sustainability, based on participation of different social groups to achieve ecological, economical and social aims. In this way, this study presents the discursive practices in environmental field, the relation between ecodesvelopment and different concepts of sustainable development, well as, sustainable development strategies from state programs.

**Keywords:** Discursive practices – Sustainability – Public Programs

## Introdução

A partir dos anos 50 do século XX, o ambientalismo tem sido discutido intensamente por cientistas, participantes de organizações não-governamentais, atores políticos, estaduais e vinculados ao sistema econômico. Atualmente, o ambientalismo abrange os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado. Esses diferentes segmentos sociais têm se apropriado de forma desigual dos conceitos relacionados à temática ambiental, cujas diferentes abordagens acerca da relação sociedade-natureza fundamentam as clivagens do discurso ambiental. Essas distintas matrizes manifestam-se como discursividades em disputa no campo ambiental.

As variadas interpretações do desenvolvimento sustentável, enquanto conceito emergente na agenda política internacional a partir dos anos 80 do século passado,

refletem os diversos interesses explicitados na formulação das estratégias de apropriação e/ou defesa do meio ambiente, através de estratégias políticas diferenciadas.

Diversas concepções de sustentabilidade fazem com que a análise do discurso ambiental presente nos programas de desenvolvimento sustentável contribua para a compreensão das tensões e contradições entre os princípios norteadores da política ambiental e seus rebatimentos no espaço.

Nesse sentido, são apresentadas as práticas discursivas em disputa no campo ambiental, a relação entre ecodesenvolvimento e as diferentes perspectivas do desenvolvimento sustentável e as estratégias de desenvolvimento sustentável a partir de programas estaduais.

<sup>1</sup> UFS/ PRODEMA (ORIENTADORA) – e-mail: rome@ufs.br

<sup>2</sup> UFS/ PRODEMA (MESTRANDA) – e-mail: claudiacruz@ufs.br - UFS/PRODEMA – Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos – Pólo de Gestão Av. Marechal Rondon- S/N – CEP: 49100-000 – São Cristóvão - Sergipe – Brasil E-mail: prodema@ufs.br

## Práticas Discursivas em disputa no Campo Ambiental

No campo discursivo ambiental, o Biocentrismo, Tecnocentrismo/Antropocentrismo e Ecocentrismo se apresentam como práticas discursivas em disputa e influenciam a elaboração e implementação de programas de desenvolvimento sustentável.

O Biocentrismo - concepção que se aproxima da vertente preservacionista e surgiu nos EUA, se difundindo a partir do século XIX - tem influenciado a criação de áreas naturais protegidas como o Parque de *Yellowstone* - primeiro parque nacional do mundo criado no século XIX nos EUA. Nessa perspectiva, a única forma de proteger a natureza seria afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la (Diegues, 1998, p. 11).

Na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, os malthusianos - partidários do “Crescimento zero” - apontavam para o esgotamento dos elementos naturais utilizados como recursos e para a incapacidade de sua superação pelo progresso técnico-científico, defendendo manter a natureza intocada.

A concepção de natureza enquanto regida por um sistema de leis, das quais caberia ao homem conhecer a fim de dominar, conforme a racionalidade cientificista alicerça os argumentos dos ambientalistas que se fundamentam na ideologia tecnocêntrica/antropocêntrica, na qual a engenhosidade humana, possibilitada pela tecnologia, é considerada capaz de contornar os problemas ambientais provenientes da produção capitalista. Essa vertente foi amplamente debatida na Conferência de Estocolmo, e teve como defensores os chamados cornucopianos, partidários do “crescimento selvagem” (Camargo, 2005; Melo & Souza, 2004; Sachs, 2002).

Os partidários do “crescimento selvagem” têm defendido o desenvolvimento tradicional, que se caracteriza pela expansão econômica persistente, dominação da natureza e crescimento da produção como o caminho para o bem-estar coletivo (Camargo, 2005, p. 29). Nessa perspectiva, afirmam que os problemas ambientais decorrentes do crescimento econômico podem ser minimizados pelo avanço tecnológico.

Na tentativa de superação da racionalidade cientificista, surge no campo das ideologias ambientalistas o ecocentrismo no qual ocorre a apreensão dos fenômenos da natureza, entendidos como imersos na totalidade complexa e originária. A tendência de ver a natureza ligada à idéia de todo, multifacetada, tem contribuído para a adoção da sustentabilidade (Melo e Souza, 2004). Essa vertente defende a busca por formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e considera não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas busca atender às aspirações sociais, valorizando a dimensão cultural (Sachs, 2002).

Analisando a relação entre discurso e poder no âmbito do ambientalismo, Leff (2006b, p. 138) ressalta que “[...] é possível ver o surgimento das formações discursivas do saber ambiental como um efeito do “poder” no conhecimento; ver a circulação e transformação [...] de seus conceitos por meio de jogos de interesse opostos de países, instituições e grupos sociais”.

Na perspectiva de Foucault, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Ressalta que o discurso é aquilo que é o objeto do desejo (Foucault, 1999). Nesse sentido, Foucault destaca que depois de sua manifestação, os discursos são submetidos à seleção e ao controle.

As idéias de Foucault colocam diretrizes para a análise do discurso concebendo-o como um jogo estratégico, ação e reação, de dominação e de esquiva e também como luta, na medida em que o discurso é atravessado por várias posições possíveis de serem assumidas pelo sujeito no discurso.

## Ecodesenvolvimento e Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável

Na busca por uma nova visão de desenvolvimento, fundado no equilíbrio nas relações entre sociedade e natureza, Ignacy Sachs formula na década de 1970 os princípios do ecodesenvolvimento definido como o “desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente”. Esse termo foi utilizado pela primeira vez pelo canadense Maurice Strong, primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (Pnuma) em 1973.

O ecodesenvolvimento surgiu como contraposição à polêmica gerada pelos partidários do “crescimento selvagem” – cornucopianos e, de outro pelos que defendiam o “crescimento zero” – catastrofistas e malthusianos (Camargo, 2003; Sachs, 2002). Esse novo estilo de desenvolvimento é voltado para o atendimento das necessidades de cada região, considerando os dados ecológicos e culturais. Considerado paradigma do “*caminho do meio*”, a proposta denominada posteriormente de ecodesenvolvimento foi amplamente discutida na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972.

Camargo, (2005, p. 71), ressalta que o termo desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez por Robert Allen no artigo “*How to save the world*”, de 1980, mas foi amplamente divulgado pelo documento Nosso Futuro Comum, divulgado em 1987, que apresenta uma das definições mais conhecidas: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, o discurso do desenvolvimento sustentável foi difundido amplamente e recebeu sua consagração na Agenda 21.

Sachs utiliza frequentemente os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos e considera, no desenvolvimento de uma sociedade, cinco dimensões de sustentabilidade (Camargo, 2005; Sachs, 2002):

- A *sustentabilidade social* - busca consolidar um processo de desenvolvimento orientado por outra visão do que é uma “boa” sociedade;
- A *sustentabilidade econômica* - busca possibilitar uma alocação e gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular de investimento públicos e privados;
- A *sustentabilidade ecológica* - busca incentivar o uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas para propósitos socialmente válidos, limitar o consumo de produtos ambientalmente prejudiciais, reduzir a poluição, reciclar e conservar, limitar o consumo material, investir em pesquisa de tecnologias limpas, definir e assegurar o cumprimento de regras para uma adequada proteção ambiental;
- A *sustentabilidade espacial* - busca voltar-se para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;
- A *sustentabilidade cultural* - busca respeitar as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade social deve se constituir na finalidade do desenvolvimento e tem como corolário a sustentabilidade cultural, a sustentabilidade do meio ambiente, que vem em decorrência, e, outro corolário é a distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades. A sustentabilidade econômica não deve ser condição prévia das anteriores.

As estratégias de poder da ordem econômica dominante foram transformando o discurso ambiental crítico defendido pelos representantes do ecodesenvolvimento, utilizando o discurso do desenvolvimento sustentável fundamentado numa racionalidade econômica.

A busca por outro desenvolvimento, fundado na apropriação social da natureza a partir da participação popular na tomada de decisões, da autogestão da produção a fim de atender as necessidades sociais, está no centro das discussões acerca da sustentabilidade.

O debate acerca da crise ambiental é atravessado por interesses em conflito: conflitos de diferentes grupos sociais, de competência entre esferas de governo e entre leis ambientais que repercutem nas práticas sociais na

medida em que o discurso defendido fundamenta as ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade.

Analisando as práticas discursivas do desenvolvimento sustentável é possível identificar uma abordagem conservadora e outra emancipatória, que representam a existência de combates, pontos de confronto e tensões quando tratamos da temática ambiental. A primeira se manifesta a partir de decisões sobre a utilização de recursos ambientais de forma centralizada, fundamenta-se numa racionalidade econômica e busca capitalizar a natureza através do mercado (Leff, 2005). Nessa abordagem conservadora, o discurso da sustentabilidade trata do crescimento sustentado sem internalizar as condições ecológicas e sociais nesse processo.

Nessa visão conservadora do desenvolvimento sustentável chega-se a propor a liberação da mão invisível do mercado, privatizando a natureza e os serviços do ecossistema para então usá-lo como garantia para a emissão de títulos (Sachs, 2002, p. 57). A crise ambiental nessa perspectiva conservadora, não é considerada um efeito da acumulação de capital, mas do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. (Leff, 2006a, p. 139).

A defesa pela abordagem conservadora do desenvolvimento sustentável compreende uma espécie de pressão e como um poder de coerção, procurando fundamentar-se e justificar-se a partir de uma racionalidade econômica de cunho tecnocêntrico/antropocêntrico.

Como reação à abordagem conservadora, surge uma abordagem emancipatória do desenvolvimento sustentável que envolve compromissos com os objetivos sociais, ecológicos e econômicos. Ao contrário da abordagem conservadora do desenvolvimento sustentável que se preocupa com uma repartição dos custos da degradação e contaminação ambiental, contabilizando os estoques de recursos e seus efeitos nas contas nacionais, a abordagem emancipatória defende a redefinição do processo produtivo, e aponta para a reapropriação social da natureza.

A emancipação decorre da necessidade de libertação da dominação da racionalidade econômica na apropriação da natureza e da busca por outro desenvolvimento fundado na apropriação social da natureza a partir da participação popular na tomada de decisões, da autogestão da produção a fim de atender as necessidades sociais (Sachs, 2002, 2007; Leff, 2005, 2006).

É necessário re-significar o desenvolvimento sustentável a partir da construção de uma racionalidade ambiental que segundo Leff (2005, 2006) baseia-se no potencial ecológico, na solidariedade transgeracional, equidade social e diversidade cultural. Esse novo paradigma produtivo consiste em fomentar diferentes formas de

manejo produtivo da biodiversidade em harmonia com a natureza.

Uma mudança de valores é necessária e depende de novos conhecimentos e novas formas de produzi-lo, valorizando também os saberes não-acadêmicos a fim de entender as relações entre a sociedade e a natureza, seus problemas e buscar soluções.

Inúmeros fóruns alternativos e movimentos da sociedade civil organizada têm buscado construir novas perspectivas com base na participação e valorização da cultura e riqueza natural, bem como pelo fortalecimento dos níveis locais de decisão.

## O Desenvolvimento Sustentável nos Programas Estatais

A expressão desenvolvimento sustentável passou a fazer parte dos discursos políticos do mundo atual em interpretações variadas. A emergência em defender uma postura crítica em relação à utilização do discurso da sustentabilidade tem sido objeto de intenso debate entre os estudiosos que tratam da temática ambiental.

Moraes (2005a) enfatiza a relação entre as políticas ambientais e o ordenamento territorial no Brasil, envolvendo os modos de apropriação da natureza e de usos dos recursos naturais. O Estado é o dotador de grandes equipamentos e infra-estruturas, o construtor de grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e gestor dos fundos territoriais (Áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo).

O ordenamento territorial busca captar os grandes padrões de ocupação, as formas de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas, a fim de implementar políticas públicas articuladas (Moraes, 2005b). Representa um instrumento para a ação do poder público em grandes conjuntos espaciais como as regiões, atentando para a densidade de ocupação, das redes instaladas e os sistemas de transporte, comunicações e energia existentes e para as potencialidades e vulnerabilidades das áreas não integradas ao sistema produtivo.

A partir da implementação das políticas de ordenamento territorial surge a necessidade de considerar as duas características básicas do território: seu caráter político, que envolve o jogo entre os “macropoderes” políticos institucionalizados e os “micropoderes” produzidos e vividos no cotidiano das populações; e seu caráter integrador, o Estado em seu papel gestor e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os ambientes capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas dimensões (Haesbaert, 2004, p. 74-78).

A aproximação entre diferentes interlocutores na elaboração e implementação dos programas de desenvolvimento sustentável, torna-se um desafio a se

enfrentar, diante do avanço nos debates ambientalistas nos quais se afirma a necessidade de envolvimento das comunidades nos planos e programas ambientais.

As maiores dificuldades na implementação de programas de desenvolvimento sustentável têm sido a falta de consenso entre os diferentes atores na busca de alternativas, a troca de benefícios ou ainda a imposição de danos ou prejuízos, utilizando recursos de poder no processo decisório e a verticalização nas decisões.

O fortalecimento da participação dos diversos atores sociais envolvidos na gestão do desenvolvimento sustentável através de conselhos e colegiados deve ser uma das exigências para a elaboração e implementação de programas de desenvolvimento sustentável. A constituição de conselhos consultivos e deliberativos com a participação de representantes da sociedade civil, de empresas e do governo impede a tomada de decisões arbitrárias e o atendimento de interesses de grupos com maior poder de decisão.

O Estado deverá proporcionar as condições políticas e econômicas necessárias para desencadear este potencial, de forma a garantir a autogestão produtiva das comunidades. Isto implica pôr em consonância as políticas econômicas com as políticas ambientais e de desenvolvimento social do Estado, baseadas nos princípios de gestão ambiental participativa (Leff, 2000, p. 192-196).

Conceber o desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões: social, econômica e ambiental, representa superar a racionalidade econômica como fundamento do desenvolvimento que tem valorizado o crescimento econômico em detrimento dos anseios sociais e da preocupação com a biosfera.

Leff (2000, p. 197-198), ressalta que é necessário repensar o ambiente como um potencial para um desenvolvimento alternativo; construindo um novo paradigma que integre a Natureza e a Cultura como forças produtivas, na qual o ambiente surge como objeto de uma reapropriação social.

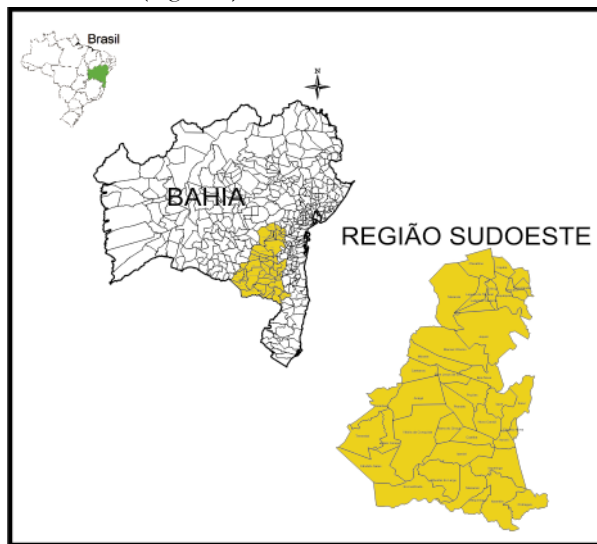
A operacionalização do desenvolvimento sustentável depende da mudança da exploração de recursos, regulação das forças de mercado, do combate à pobreza, formulação e aplicação de indicadores de sustentabilidade considerando a realidade socioambiental a fim de nortear a elaboração, implementação e avaliação dos programas estatais (Fidélis, 2001; Sachs, 2007).

Diversos atores sociais representantes de organizações não-governamentais e setores acadêmicos têm atuado como agentes de pressão sobre as políticas ambientais e de ordenamento territorial a fim de resguardar os interesses de todos os envolvidos na gestão sustentável.

## O Discurso Ambiental nos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS): Região Sudoeste da Bahia

A discussão acerca da sustentabilidade e da aproximação entre representantes do Estado, mercado e comunidades locais na busca por outro desenvolvimento que atenda aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos, remetem à análise das concepções de sustentabilidade presentes nos programas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, são apresentadas as concepções que fundamentam o discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia, implementado no período de 2000 a 2005.

A Região Econômica Sudoeste da Bahia localiza-se entre 13°02' a 16°00' de Latitude Sul e 39°32' a 41° 49' de Longitude Oeste, abrangendo 39 municípios, com 42.542,9 Km<sup>2</sup> que corresponde a 7,5% da superfície do Estado da Bahia. É resultado da regionalização do espaço baiano que considera os aspectos econômicos, instituída pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (Figura 1).



Fonte: Elaborado a partir do software Map Viewer 7.0

**Figura 1** - Localização da área de abrangência do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável.

A Região Sudoeste da Bahia apresenta grande diversidade ambiental. O clima varia do semi-árido, no oeste da região, ao sub-úmido no leste. Sua pluviosidade média anual é de 600 a 800 mm, com mínimas de 300 mm e máximas próximas de 1.200 mm. A vegetação da região varia de acordo com os tipos climáticos, apresentando ao leste predomínio de floresta ombrófila densa, ao oeste vegetação de caatinga e na zona de transição floresta

estacional decidual e semidecidual. O relevo varia entre planaltos, depressões interplanálticas e tabuleiros. Quanto à altitude, as cidades localizadas no planalto de Conquista apresentam elevada altitude - na cidade de Vitória da Conquista que está a 14° 51' lat. S e 40°50' long. WGr. e 928 metros de altitude (RADAMBRASIL, 1981, p. 593), apresentando altitude pouco acima dos 1000 metros na Serra do Periperi no limite norte da cidade - enquanto que nas microrregiões de Jequié e Itapetinga, as cidades apresentam altitude média de 200 metros.

A região Sudoeste da Bahia tem uma população superior a um milhão de habitantes e sua estrutura produtiva é composta predominantemente pelo setor de comércio (com destaque para o setor atacadista) e serviços, pela lavoura cafeeira, pecuária bovina extensiva de corte e leite e atividades industriais dos ramos tradicionais como a produção de alimentos (1/3 das atividades industriais da Região), bebidas, vestuários, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles.

O modelo teórico-metodológico elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC do Estado da Bahia, responsável pelo Programa de desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS no Estado, tem como objetivo nortear a elaboração e implementação dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável das Regiões Econômicas do Estado da Bahia.

Para identificação dos atores sociais e institucionais da Região, bem como propostas, projetos e formas de atuação foram realizadas entrevistas e reuniões temáticas coordenadas por profissionais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, através de convênio de cooperação técnica. Foram realizadas três reuniões temáticas nos grandes centros urbanos da Região: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, totalizando 238 participantes envolvendo representantes de associações comunitárias, produtores rurais, comerciantes e industriais da região, órgão federal e órgãos estaduais de defesa do meio ambiente, bancos oficiais, cooperativas, promotoria pública e prefeituras.

Os participantes foram organizados em grupos temáticos, divididos por dimensões da sustentabilidade, para uma consulta coletiva a fim de identificar as questões regionais envolvendo as dimensões da sustentabilidade apresentadas no modelo teórico-metodológico do PDRS, considerando as potencialidades da Região e as proposições para a intervenção.

O modelo teórico-metodológico do Programa, para todas as regiões econômicas do Estado, apresenta a definição de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*) e ressalta a necessidade de melhoria das condições de vida das comunidades humanas

e do respeito aos limites dos ecossistemas, apontados pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN. Defende que o desenvolvimento sustentável deve ser economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade, apresentando condições de durabilidade ao longo do tempo.

São definidos como objetivos do desenvolvimento sustentável na Região: a competitividade e viabilidade econômica, a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, a organização da sociedade e democratização das instituições, redução da pobreza e da desigualdade social e o resgate da história e da cultura regional.

O planejamento multidimensional é apresentado no modelo teórico-metodológico do PDRS, através da articulação de cinco dimensões: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional, consideradas dimensões de sustentabilidade para o desenvolvimento das regiões econômicas da Bahia.

Na dimensão geoambiental apresentada no modelo teórico-metodológico o conceito de sustentabilidade é considerado como referencial e aponta para a necessidade de transformação na compreensão do desenvolvimento o qual deve passar de domínio maior do homem sobre a natureza para uma valorização da conservação e convivência com o meio natural como condição para atingir o desenvolvimento.

A preservação ambiental é apresentada no modelo teórico-metodológico do PDRS como sinônimo de conservação ambiental. Esse aspecto aponta para a necessidade de maior discussão acerca dos conceitos presentes nos programas estatais voltados para a sustentabilidade na medida em que a definição de uma política preservacionista envolve ações de cunho predominantemente biocêntrico, ao contrário da conservacionista que envolve ações de cunho ecocêntrico com repercussões na relação entre sociedade e natureza. Desse modo, a defesa pela sustentabilidade deve envolver uma preocupação maior no que se refere à utilização de conceitos do campo ambiental de forma a permitir maior coerência entre o discurso defendido e as ações implementadas.

A dimensão científico-tecnológica apresentada no documento se fundamenta na aplicação de tecnologias voltadas para a competitividade, para a conservação dos recursos naturais e a mudança social, bem como a construção de alternativas de produção que em pouco afetem o ambiente natural. As inovações tecnológicas voltadas para a competitividade, como uma das exigências da globalização no seu estágio atual, têm buscado atender ao mercado global em detrimento da realidade socioambiental local. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de aproximação entre a Universidade e a comunidade na

busca pela criação e utilização de tecnologias apropriadas às necessidades das comunidades da Região.

Na dimensão político-institucional busca-se fortalecer o sistema político representativo no qual participam o poder público estadual e municipal e as lideranças locais, de forma a assegurar os mecanismos institucionais de participação da sociedade, promovendo um modelo de gestão integrada e descentralizada do desenvolvimento sustentável na Região, e o estabelecimento de parcerias entre União, Estado, municípios, governo, iniciativa privada e sociedade organizada.

A história e a cultura regional são incorporadas no Programa a partir da dimensão histórico-cultural que se apresenta como essencial no processo de desenvolvimento sustentável para a caracterização da singularidade cultural da região. A partir dessa dimensão, cabe ressaltar a importância de identificar a relação entre a sociedade e a natureza na Região que se processou historicamente e que conferiu singularidade cultural, a fim de apontar caminhos para um desenvolvimento fundado na autogestão da produção respeitando as especificidades de cada ecossistema e contribuindo para uma configuração rural-urbana mais equilibrada.

Na dimensão econômico-social, as transformações produtivas baseadas na exploração de recursos renováveis são apontadas como necessárias, bem como a criação de empregos com remuneração que viabilize a criação de um mercado interno dinâmico. Utiliza-se a equidade social como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável viabilizada através da universalização da educação básica, qualificação para o trabalho, geração de mais empregos produtivos, melhor distribuição de renda e amplo acesso da população aos serviços sociais básicos.

A integração dos setores produtivos na economia globalizada e competitiva, balizados pela tecnologia de produção, informação e novos tipos de mercado é considerada uma mudança necessária no modelo teórico-metodológico do Programa. Porém, sabe-se que a competitividade exigida pelo processo de globalização frequentemente impõe a implementação de atividades econômicas incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica dos ecossistemas, assim como promove a concentração de assentamentos urbanos e atividades econômicas; motivo pelo qual se discute tão intensamente a necessidade de implementação de atividades econômicas mais compatíveis com a realidade socioambiental local.

A defesa pela inserção das regiões econômicas da Bahia no mercado globalizado, de forma competitiva, representa o predomínio da visão do desenvolvimento numa perspectiva conservadora na qual o discurso da sustentabilidade tem como fundamento o crescimento sustentado. A inserção nos programas estatais de dimensões que tratam do meio

natural, da cultura, da participação das lideranças locais e da produção científica nas universidades, conduz à reflexão sobre o discurso da sustentabilidade nos programas estatais. Desse modo, será possível identificar se os objetivos sociais e ecológicos têm destaque nesses programas ou se estão definidos de forma a atender primordialmente aos objetivos econômicos.

O modelo teórico-metodológico do PDRS apresenta a dimensão econômico-social de forma conjunta e deixa claro que não será afetado o sentido social do desenvolvimento econômico conforme o planejamento tradicional no qual se prioriza o aumento da produção e a produtividade para que “via mercado e políticas públicas ocorra a redistribuição de renda e melhoria das condições de vida da população”(PDRS, 2000).

Na dimensão econômico-social do modelo teórico-metodológico trata-se de mão-de-obra mais qualificada e mais produtiva, incorporação da população através de empregos formais para dinamizar as atividades econômicas. A equidade social defendida no programa objetiva a valorização de recursos humanos através da qualificação para o trabalho, geração de empregos produtivos.

Na concepção de desenvolvimento sustentável defendida no PDRS é possível identificar elementos que caracterizam a prática discursiva ecocêntrica ao apontar para a necessidade de incorporar ao processo de planejamento do desenvolvimento a preocupação com os objetivos sociais, econômicos e ecológicos. Entretanto, a defesa pela inserção das regiões econômicas do Estado no mercado globalizado competitivo bem como a necessidade de promover inovações tecnológicas que viabilizem a competitividade no modelo teórico-metodológico do PDRS, revela que o objetivo econômico se sobrepõe aos demais, na busca pelo crescimento persistente da produção a partir de inovações tecnológicas, elementos da prática discursiva tecnocêntrica/antropocêntrica.

O discurso da sustentabilidade defendido no PDRS atende primordialmente aos objetivos econômicos que repercutem nos objetivos sociais e ecológicos. A visão de uma “boa” sociedade defendida por Sachs (2002), diferente da sociedade consumista que tem contribuído para a degradação ambiental, não tem sido perseguida através do discurso da sustentabilidade presente no PDRS. O perfil social defendido no programa está subordinado aos objetivos econômicos.

A inserção na economia globalizada competitiva como condição para o desenvolvimento regional, na qual a produção se sobrepõe às reais necessidades das comunidades compromete a utilização dos recursos dos ecossistemas para propósitos sociais válidos bem como a melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, condições para a sustentabilidade ecológica e espacial, respectivamente. Se a sustentabilidade

social encontra-se fragilizada a sustentabilidade cultural também será afetada.

A busca pela autogestão da produção voltada para atender as necessidades locais depende da libertação dos ditames do mercado global competitivo que homogeneiza a produção desvalorizando a cultura local na qual a relação da sociedade com a natureza se dá de forma harmoniosa. No discurso veiculado no modelo teórico-metodológico do PDRS, o desenvolvimento está associado à inserção da região no mercado global competitivo.

Os problemas identificados na Região e as proposições apresentadas considerando as dimensões da sustentabilidade revelam a preocupação por parte dos atores regionais com o desenvolvimento de projetos que fortaleçam o cooperativismo, as lavouras alimentares e a criação de animais mais adaptados nas áreas da Região de clima semi-árido. Entretanto, são pouco definidas as propostas que viabilizem as atividades do pequeno produtor rural da Região.

Nos projetos estruturantes provenientes das reuniões temáticas têm destaque as atividades industriais que são desenvolvidas nos grandes centros urbanos da Região ou ainda as atividades agroindustriais nas quais a autonomia do pequeno produtor pode ficar comprometida caso tenha que ficar submetido aos interesses de grandes grupos econômicos com grande poder de pressão.

Deve-se destacar a participação do Estado como mediador dos interesses dos diferentes atores sociais no processo de implementação de programas de desenvolvimento sustentável, para que os objetivos econômicos não se sobreponham aos demais, justificando decisões somente comunicadas aos demais segmentos da sociedade.

## Considerações Finais

A partir da análise da abordagem conservadora do discurso do desenvolvimento sustentável, é possível constatar a tentativa da manutenção do poder econômico com suas formas de apropriação da natureza através do discurso ambiental fundado na racionalidade econômica. Assim, “a necessidade de verdade” pelo poder político e econômico na atualidade pode ser percebida nos discursos veiculados acerca da apropriação da natureza.

A efetivação de um desenvolvimento sustentável numa perspectiva emancipatória requer a aproximação entre os conhecimentos sistematizados e os saberes das comunidades com vistas à gestão ambiental; a articulação entre as economias locais e o mercado nacional e mundial preservando a autonomia cultural e as condições ecológicas no processo de desenvolvimento.

Nessa análise preliminar do discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

– Região Sudoeste da Bahia é possível identificar que os objetivos sociais e ecológicos definidos para o desenvolvimento da Região assumem posição secundária em relação aos objetivos econômicos, revelando a necessidade de maior reflexão acerca da incorporação do princípio da sustentabilidade no discurso ambiental em programas estatais.

A defesa pela necessidade de produção competitiva na Região, a fim de atender aos princípios da globalização econômica que vigora no mundo atualmente, representa a valorização pela expansão econômica ainda fortemente associada aos interesses do mercado externo. Apesar do documento que trata do Programa apresentar conceitos que remetem ao equilíbrio sociedade-natureza, considerando outros níveis além do econômico no processo de desenvolvimento, conforme defendido pela vertente chamada ecocêntrica, as aspirações sociais, consideradas primordiais nesta vertente, são defendidas no documento, entretanto sua efetivação fica comprometida na operacionalização dos objetivos econômicos apresentados no Programa.

O discurso da sustentabilidade defendido no modelo teórico-metodológico e os projetos estruturantes do Programa predominantemente voltados para o crescimento econômico tendo como base a atividade industrial têm repercussões no ordenamento territorial e dificultam a efetivação da gestão coletiva dos recursos e autonomia das comunidades da região.

A visão do desenvolvimento sustentável que considera um novo campo de concertações entre o Estado, os agentes econômicos e os grupos sociais; envolve o reconhecimento da necessidade de outorgar à sociedade um espaço para a expressão de seus interesses, para a sua participação na tomada de decisões e para a gestão direta de seus recursos produtivos. O Estado deverá prover as condições mínimas necessárias para que se tornem efetivos os projetos de desenvolvimento sustentável que venham das próprias comunidades.

## Referências

- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL Folha SD 24 Salvador. Rio de Janeiro, 1981. 624 p.
- CAMARGO, A. L. de B. 2005. Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios. 2ª Edição. Campinas: Papirus.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). Modelo Teórico-Metodológico: Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. 2ª Edição revisada. Salvador, 2000.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS – Sudoeste da Bahia, Salvador, 1999.
- DIEGUES, A. 1988. O Mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec.
- FIDÉLIS, Tereza. 2001. Planejamento Territorial e Ambiente: O caso da envolvente à Ria de Aveiro. Cascais – Portugal: Principia.
- FOUCAULT, M. 1999. A Ordem do Discurso. (Tradução L. F. de Almeida Sampaio). 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HAESBAERT, R. 2004. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LEFF, E. 2000. Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. Da FURB.
- \_\_\_\_\_. 2005. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2006. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 2006. Epistemologia Ambiental. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- MELO e SOUZA, R. 2004. Representações Discursivas e Visões de Natureza no Pensamento Ambientalista Brasileiro. Revista Tomo V(5): 99-120.
- MORAES, A. C. R. 2005. Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Território e História no Brasil. São Paulo, Annablume.
- \_\_\_\_\_. 2005. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 4ª ed. São Paulo: Annablume.
- SACHS, I. 2002. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- \_\_\_\_\_. 2007. Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. (Org. P. F. VIEIRA), São Paulo: Cortez.
- SOFTWARE *Map Viewer* 7.0. Golden Software INC. Golden, U.S.A., 2006.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. 1996. Sudoeste da Bahia: perfil sócio-econômico. Vitória da Conquista, 124 p.